

## UMA LEITURA DE *A ILHA DE PRÓSPERO*, DE RUI KNOPFLI

Kelly Mendes LIMA<sup>1</sup>

Doutoranda em Letras – Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa /USP  
Docente IFSP/Campus São Paulo

### RESUMO

O artigo visa a apresentar uma leitura da obra poética *A ilha de Próspero*: roteiro privado da Ilha de Moçambique (1972), de Rui Knopfli (1932-1997), com o objetivo de compreender como a referência à personagem de *A tempestade* (Shakespeare, 1611), presente em seu título, associa-se tanto a uma análise da colonização lusitana no espaço moçambicano, quanto a uma discussão sobre o adjetivo “calibanesco”, também derivado da peça do dramaturgo inglês, geralmente atribuído às literaturas africanas de língua portuguesa. Concluímos que o livro em questão apresenta uma crítica à presença portuguesa no país africano e à ideologia, “civilizatória” e “mestiça”, subjacente à sua (tentativa de) justificativa, metaforizando-as em *Próspero*, pois que ainda opressoras de Caliban.

**Palavras-chave:** Literatura moçambicana. Literatura calibanesca. Colonização portuguesa.

*Esta ilha pequena, que habitamos,  
É em toda esta terra certa escala  
De todos os que as ondas navegamos,  
De Quiloa, de Mombaça, e de Sofala:  
E por ser necessária, procuramos,  
Como próprios da terra, de habitá-la:  
E porque tudo enfim vos notifique,  
Chama-se a pequena ilha – Moçambique.  
Camões*

A denominação “calibanesca” para as literaturas africanas de língua portuguesa, num primeiro momento, revelou-se pertinente (o idioma do colonizador utilizado para a autoafirmação do colonizado) e profícua, sendo, por exemplo, mote para as consagradas antologias de Manuel Ferreira (1975). Aqui, esclarecemos que o adjetivo remete à personagem Caliban, da peça *A tempestade* (1611), de William Shakespeare.

Nesse sentido, cabe explicarmos que se trata do herdeiro da ilha onde aporta Próspero,

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: kellyml333@gmail.com

o Duque legítimo de Milão, após um naufrágio sofrido em decorrência de um plano ardiloso arquitetado por seu irmão Antônio, com vistas a usurpá-lo do trono. “Descoberto” por Próspero, em meio à natureza, tem-lhe ensinada a língua deste e, por se mostrar insubmisso (a exemplo do que revela a passagem “Ensinaste-me a falar, mas o que aprendi / Foi a praguejar! Que a peste te cubra de chagas / Por mo teres ensinado”, quando se vale do idioma do impostor para afirmar-se contra ele – Shakespeare, s/d, p. 18), é escravizado; ao final (e quando Próspero já próximo de deixar a ilha para retornar a seu ducado, uma vez encontrado por homens à sua busca), é perdoado e torna-se enfim submisso subjetivamente (“Assim farei; doravante terei juízo / Procurarei agradar-vos”, Shakespeare, s/d, p. 81).

Após contextualizarmos o termo, trazemos a questão a se analisar neste artigo, qual seja a de que, num segundo momento, o uso do termo suscitou discussões, como a levantada por Luís Kandjimbo (1997), que desvela um ranço de (neo)colonialismo no uso do termo, vendo a figura de Caliban, em particular por sua submissão final, como o “arquétipo da servidão”.

De toda forma, e embora o termo tenha se cristalizado a partir de Ferreira, quando este publica, em 1975, o primeiro volume da referida coletânea, *No reino de Caliban*, já havia circulado outra obra com referência à personagem do dramaturgo inglês, a qual pode ter oferecido o mote. Trata-se dos cadernos *Caliban*, publicados em Moçambique em 1971 e 1972, trazendo à tona textos daqueles que, na opinião do estudioso Manuel de Souza e Silva, viriam a moldar “as feições da poesia moçambicana” (frente àquela produção ainda muito “colada” ao modelo europeu), sintetizando “a riqueza poética moçambicana no instante em que o confronto [colonial] tornou-se tão mais agudo quanto irreversível” (SOUZA E SILVA, 1996, p. 89).

Em meio a esse contexto, encontramos Rui Knopfli (Moçambique, 1932 – Portugal, 1997), que não apenas publicou na revista em questão, como foi seu co-idealizador (ao lado de João Pedro Grabato Dias). Knopfli, leitor assumido do escritor inglês<sup>2</sup>, provavelmente auxiliou na escolha do título (e, mesmo que não o tenha, esteve envolvido com ele); mais ainda, em 1972, lançou seu livro de poemas e fotografias *A ilha de Próspero: roteiro privado da Ilha de Moçambique*. Em suma: difícil pensar na discussão sem se questionar quanto à

<sup>2</sup> Rui Knopfli era leitor devoto de Shakespeare e chega a instituir-se como um certo herdeiro do escritor inglês. Em seu poema “Hereditariedade”, em que demarca a herança “de seu sujeito poético através de um perfil de suas leituras, como se houvesse um gene literário formador de sua personalidade” (MELONI, 2013, p. 140), encontramos “Esse que faz de mim um descendente / em linha sinuosa (...) do Shakespeare, pederasta e agiota” (KNOPFLI, 1982, 238). Há ainda, por exemplo, seu poema “Glosa de Shakespeare” (assim como “Hereditariedade”, presente na segunda edição de *Mangas verdes com sal*, de 1969) e seu texto crítico (contra Eduardo Lourenço) “Otelo ou a diferença como tragédia – O mouro de Veneza”, de 1987.

obra knopfliana ora em Caliban, ora em seu “oposto” Próspero. Com isso em mente, tentando compreender as escolhas e suas implicações, propomos uma análise d'*A ilha de Próspero*<sup>3</sup>, com a qual nosso poeta passou a integrar, juntamente com Luís Carlos Patraquim, Eduardo White e outros, a tradição voltada à Ilha de Moçambique (cf. CHAVES, 2016).

### A ilha e as gentes de Próspero

“Roteiro privado da Ilha de Moçambique”, subtítulo de *A ilha de Próspero*, já encaminha a estruturação da obra. Trata-se de um olhar cicerone que visa a apresentar principalmente o espaço ilhéu e seus componentes, indicados até mesmo nos títulos dos poemas – a maior parte (onze do total de vinte) traz alguma referência a esses elementos: para além do “Muipíti”<sup>4</sup>, há “Nenhum monumento”, “Café de penumbra”, “Terraço da Misericórdia”, “No crematório baneane”, “Mesquita grande”, “S. Paulo”, “A capela”, “Ponta da Ilha”, “Senhora do baluarte” e “Padrão”.

A julgar por essas “entradas dos poemas” – e ajudados pela característica-chave que se propaga sobre a Ilha em questão – estamos diante de uma obra que condensa um multiculturalismo pacífico, com espaço – simbólico e físico – para todas as culturas dali. Temos referências a três delas por meio de suas religiões majoritárias demarcadas espacialmente: “No crematório baneane”, “Mesquita grande” e “A capela”, representações, portanto, do hinduísmo indiano, do islamismo árabe e do cristianismo português. Acrescentemos o fato de Muipíti, a “certa escala / de todos os que as ondas navegamos” (Camões, em *Os lusíadas*), como ilha-cidade, poder ser definida como “ponto de encontro de civilizações”, e ainda antes dos portugueses: coexistiram inúmeras ali, tais como persas, malabares, guzerates, baneanes, árabes, swahilis... Em suma, uma “ilha-síntese” ou “ilha-cruzamento”.

É importante salientarmos que, para além de sua presença n'*Os lusíadas*, a Ilha de Moçambique participou da história do poeta. Camões morou ali por dois anos, vindo de Goa de volta ao Reino, entre 1567 e 1569; na Ilha, onde hoje há uma estátua de bronze em homenagem ao poeta, é que esse teria dado os últimos retoques em sua epopeia. Em *A Ilha de Moçambique*, Rui Knopfli escreve “Esclarecimento a certo passo obscuro de uma biografia”,

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a edição presente em *Memória consentida* (1982).

<sup>4</sup> Muipiti ou Ohmuhipiti é o nome dado à Ilha de Moçambique em língua macua.

em que trata justamente do “Poeta” português (tratado não em um pedestal, mas em sua humanidade, com seu cansaço e tédio) e do tempo que ficara no local: “(...) Com a noite chegaria a insónia / ou o olvido, que não podiam / ser-te estranhos, a doçura árabe / destes rostos, o mistério nocturno destes corpos / a saberem a canela e maresia. / Depois vinha outro dia. E outro. E outro (...)” (KNOPFLI, 1982, p. 349).

O que surge, todavia, nessa nossa primeira leitura apressada e óbvia – certamente esperada (e até incentivada) por uma ideologia colonial –, não poderá ser confirmado numa análise mais acurada da obra.

Começemos com a tríade África-Europa-Oriente, presente, via religião, em “A capela”:

(...) África ficou  
 ao umbral das portas, no calor  
 da praça; aqui principia  
 a Europa. Porém, da parede  
 lateral, sob um baldaquino hindu  
 e num desvario de cores e santos hieráticos,  
 salta o púlpito oitavado e é o Oriente  
 que chega com seus monstros.

Do silêncio fita-nos um rosto trifonte  
 e nós estamos na encruzilhada  
 cismática desse olhar que se prolonga,  
 nos examina e considera. (KNOPFLI, 1982, p. 345)

Se, por um lado, há a co-ocorrência de marcações dos três continentes, note-se que, por outro, há segregações e disputas em curso: África está “ao umbral das portas”; o Oriente, “da parede lateral, sob um baldaquino hindu”, chega “salta[ndo] o púlpito oitavado” (representação de onde se enuncia o poder), e a Europa, como centro, de onde se fala, é o “aqui”, *axis mundi*. Não há entrecruzamentos nem convivência harmônica; o que existem são a busca pela tomada ou pela manutenção de uma hegemonia, além da exclusão do poder (e qualquer possibilidade de acesso) para o elemento africano. Julgamos já encontrar aqui o que pode ser visto não-ficcionalmente em Cabaço quanto às lutas pela supremacia na região entre civilizações índicas e a ocidental cristã:

Com o poder político monopolizado pelos portugueses, com o poder económico dividido entre europeus, muçulmanos e indo-portugueses, e com

a influência cultural fortemente islamizada, a Ilha era bem emblemática do conflito dos ventos que sopravam na região. Essa linha de demarcação veio a acentuar-se com o correr do tempo, quando se foi definido, a sul da região, a supremacia das influências cristãs e, a norte, a predominância cultural das diferentes interpretações do islão. (CABAÇO, 2015, s/n.)

Observe-se ainda a presença de um elemento à margem, mas denunciador, por seu olhar silencioso e analítico: encontramos o “rosto trifonte” (que pode ser lido como a tão propalada imagem multicultural da Ilha e de seus habitantes), à parte até mesmo na estrutura do poema, já que surge em estrofe outra. Esse distanciamento também pode ser visto como um movimento de autorreflexão daquela identidade dita híbrida, que, ao executar um exercício de meta-análise, acaba por se perceber não-unívoca. Ao encontrar em seu seio aquelas divergências quanto a seu aspecto, esse “trifonte” não corrobora nem intenciona participar da querela; pelo contrário, de porte inquisidor, aparenta estar na iminência do descarte (ou vontade de descarte) das partes, então numa “encruzilhada cismática”.

Assim, a nosso ver, esse sujeito parece perceber e conscientizar-se quanto a ardis encetados por Portugal, dentre eles, como observa Cabaço, o de “impor às sociedades existentes no território um sistema de 'regras' que o colonizador dominava e o colonizado desconhecia, afirmando a própria 'superioridade' no controle social e determinando a instabilidade emocional e a inibição cultural do *Outro*” (2009, p. 341).

Esses embates e a conseqüente instabilidade que geram – certamente não querida pelo “centro”, pois que o coloca em perigo – ressurgem, novamente pelo aspecto religioso, em “Terraço da Misericórdia”:

(...)  
A velha Misericórdia cuida da alvenaria

retocada de m'siro alvíssimo  
e, por entre vielas e pracetas,  
finge ignorar ao longe o verde moço  
da Mesquita. Pai Nosso, Ave-Maria,

do rosário, talhado por mãos  
macuas, caem as contas negras.  
Os lábios ressequidos do velho patiah  
respondem ciciando mediúnicos o Gayatri:

Tat Savidur vareniam bhargo devasya  
dhimahi dhiyo yo nah pracodayat (...)  
(KNOPFLI, 1982, p. 339)

Se, por um lado, o cristianismo parece já de alguma forma integrado (“alvenaria / retocada de m'siro<sup>5</sup>”, valendo-se, portanto, de elemento cultural originalmente “alheio”); por outro, resgata-se o embate, ainda que velado (até mesmo pelas cores: o “alvíssimo” frente ao “verde moço”): a Misericórdia que finge, mas não ignora a Mesquita, a qual, por sua vez, responde em ciclo com texto de cultura não portuguesa – a propósito, aqui irmanada com outra, já que do templo islâmico sai um mantra hindu, intertextualizado pelo poeta no original, possibilitando a concretização de sua voz (“Tat Savitur vareniam bhargo devasya / dhimani dhiyo yo nah pracodayat”).

A disputa, contudo, não se mostra em igualdade para ambos os lados: novamente há um em desvantagem, visto que o “Outro”, o duplo islamismo/hinduísmo<sup>6</sup>, está nas “sombras”, “ao longe” do eixo (quais sejam, as “vielas e pracetas” da cidade portuguesa em que se encontra o Terraço da Misericórdia), “ciciando” “tristemente”. Rui Knopfli, assim, traz à tona uma significativa discussão com

a imagem de um lugar exemplar de convivência pacífica entre povos e culturas, emblemático daquele 'mundo que o português criou' teorizado por Gilberto Freyre – imagem essa celebrada durante a passagem do sociólogo brasileiro por Moçambique e pela Ilha, no âmbito da mais longa viagem pelas colônias portuguesas, relatada em *Aventura e rotina* (1953) (FALCONI, 2013, p. 80).

Ou seja, o discurso da autoridade colonial e sua “prática civilizatória”, em muito sustentado por uma “celebração eufórica da mestiçagem”, de G. Freyre, é aqui questionado. A Ilha de Moçambique, considerada então como o exemplo acabado desse *lusotropicalismo*, em Knopfli mostra sim sua multiplicidade de narrativas culturais, mas em constante tensão.

Em síntese, trata-se “do percurso de indagação de uma memória histórica e cultural”, conforme observa a Leite (2013, p. 139), quem recorre ainda a comentário de outro poeta moçambicano, Nelson Saúte, para completar:

<sup>5</sup> M'siro é uma típica pasta branca feita de raiz de árvore usada no rosto por mulheres de Nampula, Moçambique. Na versão com fotos de *A Ilha de Próspero*, há inclusive um retrato.

<sup>6</sup> Em outro momento, ocorre uma certa “confusão” ou “imiscuição” entre ambos: em “Muipíti”, temos “(...) uma lentura / brãmene (ou muçulmana?)”.

Não obstante os desígnios que outrora os negreiros, os mercadores, os soldados, os sátrapas e os outros, na Ilha quiseram cumprir; o que acabou por acontecer (...) foi o conjurar das raças e culturas que se derramaram no chão *bantu* (...). À historiografia competirá estudar a complexa urdidura de relações que então imergiram naquele solo secular (SAÚTE citado por LEITE, 2013, p. 138).

Tais espaços e construções religiosas como metonímias de culturas e povos e seus encontros/desencontros, por vezes, são acompanhados de sujeitos e animais, como em “Ponta da Ilha”, com “as crianças que brincam seminuas / na poeira cinza, o cão esquelético / preguiçando à sombra e a galinha / tonta que cisca na distância”. A problematização, de qualquer forma, permanece, e, no caso deste poema, retoma o cenário, uma vez que se trata de um lugar onde tudo falta (“seminuas”, “esquelético”), somente “sobram os templos e os deuses” – e provavelmente trazidos de fora, a disputar com outras religiões, a despeito de sua vantagem de soberania... De qualquer forma, templos e deuses inúteis para contornar a exploração a que são submetidos os indivíduos e seu espaço (em si já apertado até pela estrofe única do poema):

Nem o solo em que assenta o estuque / de nossos casebres foi poupado. /  
Olhai em redor e podeis vê-lo / convertido na sólida pedra de vossos  
bastiões, / nos opulentos muros da máquina de guerra / que, pacientemente,  
fostes erguendo / por nosso trabalho, suor e amargura (KNOPFLI, 1982, p.  
348)

Além do conteúdo do poema, seu título com sua referência ao real – há, de fato, a Ponta da Ilha – convergem, afinal, para a discussão tão bem trabalhada por Frantz Fanon sobre a exploração colonial e sua configuração espacial. Também houve na Ilha de Moçambique divisão entre “cidade do colono” e “cidade do colonizado”, sendo esta justamente a referida região ao extremo<sup>7</sup>. Rui Knopfli leva ao seu texto a discussão, transformando em matéria poética a realidade trabalhada pelo martinicano:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem

<sup>7</sup> A ilha é reconhecidamente dividida em “cidade de cal e de pedra”, onde ficam as construções portuguesas, e a “cidade de macuti” (que engloba a Ponta da Ilha), onde vive, em situação de penúria, a maior parte dos ilhéus.

ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada (...) é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está constantemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado (...) um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. (FANON, 1979, p. 28-29)

A faceta predatória do colonialismo é trabalhada ainda em pelo menos dois outros poemas, a saber, “Muipíti” e “A dama e o jogral”. Naquele, o eu-lírico, ao dialogar com a ilha, cria seu retrato de prostituída:

Eis-te, cartaz, convertida em puta histórica,  
minha pachacha pseudo-oriental  
a rescender a canela e açafião,  
maquilhada de espesso m'siro  
e a mimar, pró turismo labrego,  
trejeitos torpes de cortesã decrepita (KNOPFLI, 1982, p. 336)

Neste, molda seu retrato de princesa com cuja imagem se contraem laços quaisquer desde que favoráveis ao “castelão”:

Vários foram os que, por elaborados  
contratos ou vantajosas conveniências  
de família, te esposaram em uniões  
burocraticamente consumadas e te expuseram  
a seu lado na pompa solene  
dos cerimoniais para os três Estados. (KNOPFLI, 1982, p. 336)

Já em “S. Paulo”, é o povoado homônimo que aparece sofredor, mas como metonímia da Ilha:

Pilhado, sangrado, espoliado  
pela voraz cobiça  
de sátrapas, clérigos e soldados,  
apenas te legaram  
(...)  
o lenho sepulcral das portas semicerradas  
em que escasseiam batentes e puxadores



ou mesmo o metal pobre  
de algum mais caprichoso arabesco. (KNOPFLI, 1982, p. 342)

Diante de tudo isso, por vezes, enuncia o sujeito poético a si mesmo, e seu posicionamento surge sempre favorável a Muipíti e suas gentes espoliadas, manifestando ternura e compaixão, a exemplo do último poema citado. Nele, o poeta, apesar de “proscrito na pátria”<sup>8</sup>, sabe de sua incumbência de cantar a dama-Ilha e da vontade de ambas as partes de se unirem, apesar dos relacionamentos políticos, de aparência, que esta é obrigada a travar: “(...) Mas a alegria / maior, a mais íntima, guardava-la sempre / para a mirada terna que nunca deixámos / de trocar. Ensina-o uma velha sabedoria: / enquanto dorme o castelão, penetra / o jogral humilde na alcova da princesa”. (KNOPFLI, 1982, p. 336)

Nesse poema, impossível não ler o “europeu me dizem” e toda a crítica sofrida por Knopfli por seu não alinhamento ao discurso dos tempos das guerras de libertação. No entanto, “saborosa ironia!”, a esse mesmo poeta “coube o destino” de enaltecer a Ilha, bem como denunciar sua exploração e a máscara (de empresa portuguesa bem sucedida e/ou de identidade múltipla coesa e pacificamente construída) que é obrigada a portar, encontrando por sob a aparência as marcas abafadas de outras culturas que compõem seu “perfil autêntico” – como ao final de “Muipíti”:

(...)  
Primeiro a ternura da mão que modulou  
esta parede emprestando-lhe a curva hesitante  
de uma carícia tosca mas porfiada,  
logo o cheio a sândalo, o madeiramento  
corroído da porta súbito entreaberta,  
o refulgir da prata na sombra mais densa:  
assim descubro subtil e cúmplice,  
que a dura linha do teu perfil autêntico  
te vai, aos poucos, fissurando a máscara (KNOPFLI, 1982, p. 335).

Além de marcar a si em poemas que cantam a Ilha, procurando (re)conhecê-la em seu âmago – o que acaba por implicar em tocar sua dor –, o sujeito poético evidencia-se também quando trabalha a exploração de gentes subjugadas, como em “Os pedreiros de Diu”:

(...)

<sup>8</sup> Rui Knopfli teve relação delicada com Moçambique, tendo sofrido por seu não alinhamento ao programa revolucionário. Quando da independência, estava em autoexílio em Portugal; após sua morte, foi durante um tempo considerado poeta do panteão português, sendo só aos poucos “repatriado” ao seu país africano.

Enrolados na nossa magreza  
e em roupa breve, jazemos  
na aspereza escaldante do tombadilho  
enquanto as horas e as braças  
gotejam o seu moroso suplício

(...)  
Somos os pedreiros de Diu,  
prestáveis, engenhosos, capazes  
de todo o sacrifício, uma mão-de-obra  
barata e generosa,  
que desconhece a exaustão e os horários.  
Templos, moradias, fortins  
e baluarte, nós os gizámos  
e concebemos (KNOPFLI, 1982, p. 346).

A caracterização já denota um olhar agudo, que observa e critica, ainda que de modo não ostensivo, o que vê. Se não bastasse, há ainda aquela presentificação do sujeito poético, então se colocando em cena. Vale notarmos que, em geral, seu aparecimento – seja por meio de pronome possessivo de primeira pessoa do singular ou do plural (como no já citado “Ponta da Ilha”, em que encontramos “Nem o solo em que se assenta o estuque / de *nossos* casebres foi poupado”, com grifo nosso), seja por uma representação física (a exemplo de sua personalização no jogral de “A dama e o jogral”) – coaduna-se com o do sofrido, do explorado, do que está fora do centro, mostrando seus sentimentos e compaixão (“Um dia, quando avoluma insuportável / a sede e decresce a pouca esperança, / *chegamos*, enfim”, da terceira estrofe de “Os pedreiros de Diu”, com grifo nosso).

### Considerações finais

Rui Knopfli, ao nomear *A ilha de Próspero*: roteiro privado da Ilha de Moçambique, com o elemento “contrário” ao Caliban de seus cadernos – e, portanto, remetendo a ele –, desperta curiosidade, afinal, a escolha certamente não lhe foi aleatória.

Num primeiro momento, pensamos que pudesse estar atrelada – talvez adiantando-as, já que cronologicamente posteriores ao livro em questão – às discussões sobre a (im) pertinência do termo “calibanesco” para as literaturas africanas, tal como Luís Kandjimbo colocaria, ao atentar para características “serviçais, de “arquetipo da servidão”, associadas ao filho de feiticeira Sicorax.

Nesse sentido, a denominação apenas endossaria a ideologia eurocêntrica civilizatória

e suas consequências. Talvez, Knopfli, de alguma forma sensível a essa possibilidade de leitura, poderia ter se referido à Ilha de Moçambique como de Próspero, substituindo o elemento depreciado então com o sujeito africano como “dono” de fato de seu espaço, antecedendo o que àquela altura já estava claro no cenário: a independência que certamente viria; não mais Caliban, servil herdeiro legítimo destronado, mas enfim re-açado, ainda que à “pretensão romântica”, como responsável, dono, sujeito ativo do espaço ilhéu.

Entretanto, num segundo olhar, já com a obra efetivamente sob análise, a leitura muda de rumo. A Ilha, que desperta ternura do sujeito poético, não tem autonomia; suas gentes, sofridas, exploradas, silenciadas e tristes, idem. A Ilha é de Próspero não porque é do moçambicano que se conquista como, que se torna Próspero, mas sim porque é do forasteiro, do europeu, do português dominador que, por meio da força, se impõe como legítimo (o último poema, o encerramento da obra dá com *Padrão*, ou seja, com um monumento português como sinal de domínio e de posse). A Ilha apenas reverbera o que a parte continental sofria. Nas palavras de Chaves, “se o continente revela abalos e assimetrias, a Ilha convida a uma paragem, um exílio que, afinal, nem chega propriamente a ser” (CHAVES, 2016, s/n.).

### Referências bibliográficas

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp/ANPOCS, 2009.

CABAÇO, José Luís. *Uma ilha cheia de histórias*. Disponível em <[http://www.macua.org/coloquio/ILHA\\_CHEIA\\_DE\\_HISTORIAS\\_Jose\\_Luis\\_Cabaco.htm](http://www.macua.org/coloquio/ILHA_CHEIA_DE_HISTORIAS_Jose_Luis_Cabaco.htm)>. Acesso em 05.set.2015.

CHAVES, Rita. *A Ilha de Moçambique: entre as palavras e o silêncio*. Disponível em <[http://www.macua.org/coloquio/A\\_ILHA\\_DE\\_MOCAMBIQUE.htm](http://www.macua.org/coloquio/A_ILHA_DE_MOCAMBIQUE.htm)>. Acesso em 10.fev.2016.

FALCONI, Jessica. Para fazer um mar: literatura moçambicana e oceano Índico. *Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho*, Diacrítica. vol. 27, n. 3, 2013. p. 77-92.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban*. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa. Lisboa: Seara Nova, 1975.

KANDJIMBO, Luís. Caliban: o arquétipo da servidão. *In Apologia de Kalitang*. Luanda: INALD, 1997.

KNOPFLI, Rui. A Ilha de Próspero. Roteiro privado da Ilha de Moçambique. *In Memória consentida*. Lisboa: Casa da Moeda, 1982.

LEITE, Ana Mafalda. A reescrita de Caliban sobre a Ilha de Próspero: notas em torno da actualização de um mito de origem cultural. *In Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

MELONI, Otavio Henrique. Intertextualidade e memória literária: a leitura como prática de memória em Rui Knopfli. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Abril, vol. 5, n. 11, novembro de 2013.

SHAKESPEARE, William. A tempestade. *In Teatro completo*. Tragédias. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

SOUZA E SILVA, Manoel de. *Do alheio ao próprio*: a poesia em Moçambique. São Paulo: Edusp; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

#### **ABSTRACT**

*The paper aims to present a reading of poetry A ilha de Próspero: roteiro privado da Ilha de Moçambique (1972), by Rui Knopfli (1932-1997), in order to understand how the reference to the character of The Tempest (Shakespeare, 1611), present in its title, is associated with both an analysis of the Portuguese colonization in Mozambique space, as a discussion of the adjective “calibanesco”, also derived from the part of the English playwright, often attributed to African literatures in Portuguese. We conclude that the book in question presents a critique of the Portuguese presence in the African country and of the ideology, “civilizing” and “mestizo” underlying its (attempted) justification, metaphorising them in Prosper, because that still oppressing Caliban.*

**Key words:** Mozambican literature. Calibanesca literature. Portuguese colonization

**Envio: Junho/2016**  
**Aprovado para publicação: Julho/2016**